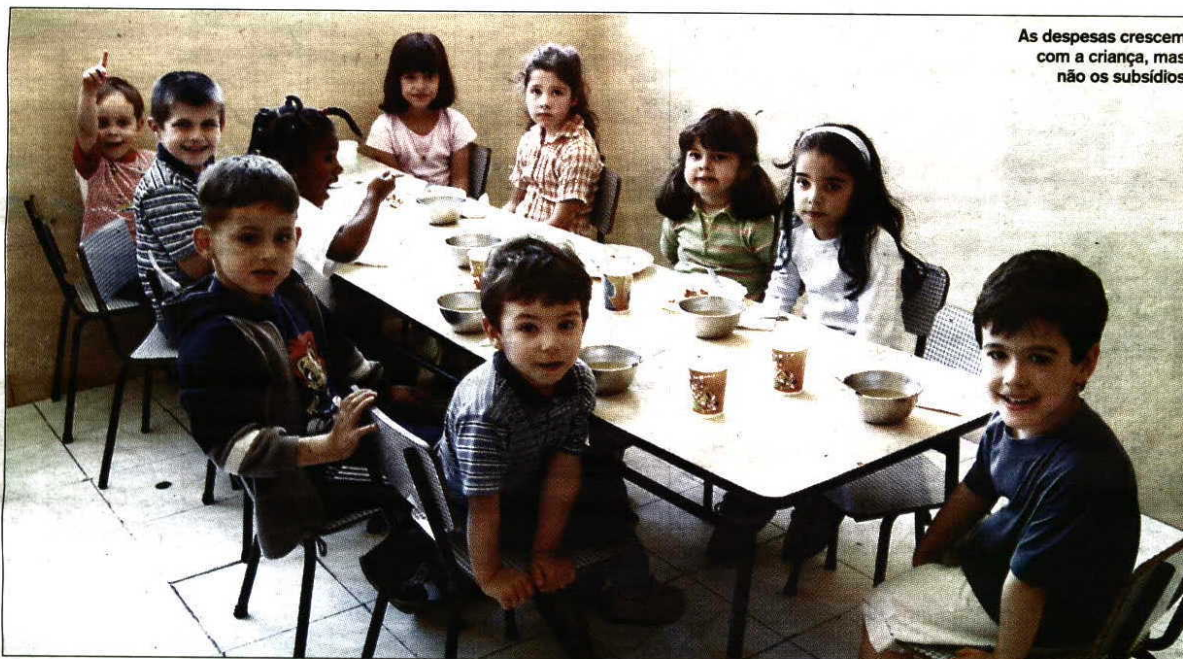


Quem tem uma criança a cargo sabe bem que as medidas de apoio à natalidade, anunciadas pelo Governo, são insuficientes. Os encargos mensais oscilam entre os 500 e os 1000 euros e o Estado dá apenas 10 a partir do primeiro ano a um casal que ganhe cada um, 600 euros. A classe média fica de fora.



As despesas crescem com a criança, mas não os subsídios

ANTÓNIO FAZENDEIRO

Só para quem já tem abono

A semelhança do que acontece com o abono de família, os apoios anunciados obedecem a uma tabela de rendimentos. Quem menos ganha, mais apoio terá.

Grávidas que estejam a ser acompanhadas por um médico passam a receber uma nova prestação do abono de família a partir do terceiro mês de gestação. Ou seja, aquelas cujo agregado familiar bruto não ultrapasse os 1989,93 euros mensais. A segunda medida destina-se a apoiar as famílias mais numerosas nos segundo e terceiro anos de vida das crianças. O abono vai ser duplicado para segundos filhos e triplicado para os terceiros filhos e seguintes.

Texto | CATARINA YÁZ
GUERREIRO E MAYRA
FERNANDES

Apoios sabem a pouco

O Governo anunciou esta semana um pacote de novos incentivos à natalidade. Sócrates quer aumentar o abono de família para as crianças e criar uma nova prestação de apoio à gravidez (ver caixa). Tudo para entrar em vigor já a 1 de Setembro. Segundo cálculos do Governo, os apoios deverão chegar a 90 mil famílias, 32 mil das quais vão ser apoiadas com uma quantia mensal de 130 euros por mês. Números que se referem às famílias que auferem menores rendimentos. Quem se enquadra no escalão mais alto da tabela dos abonos de família recebe 32,28 euros por mês.

Mas não são ricos, estes. São as pessoas de classe média. É fácil verificar porquê, apesar de o ministro do Trabalho e da Segurança Social se escusar a comentar. Os portugueses têm um salário médio de 600 euros e um casal que receba esse valor, já está no escalão mais alto da tabela do abono. O que significa que irá receber a módica quantia de 32,28 euros por mês até ao primeiro ano de vida da criança. Depois disso, recebe apenas 10,76 até que a criança atinja a maioridade.

Números que estão muito aquém das necessidades das famílias. Sandra Anastácio, directora da associação de solidariedade social, Ajuda de Berço, garante que, só para os cuidados básicos com uma criança até aos três anos, uma família gasta entre 500 e 1000 euros por mês, dependendo do rendimento. A responsável frisa que este pacote é básico, onde entram apenas as fraldas, leite, papas, despesas médicas, roupa e infantário. E este, deve ser, segundo diz, "muito barato", qualquer coisa como 200 euros por mês. É que é o preço do infantário que faz disparar as despesas com a criança. Se

não houver hipótese de colocar a criança num estabelecimento da rede apoiada pela Segurança Social, os encargos podem chegar aos 1000 euros. E só para o infantário são 500.

Apesar de, na maioria das vezes, as crianças deixarem as fraldas por volta dos dois anos, isso não altera o valor das despesas, porque é também nessa altura que as crianças passam a ter outras necessidades alimentares. "Reduz-se de um lado para aumentar no outro", diz.

Medidas avulsas

Estas medidas foram apelidadas pela oposição e

pelo presidente da Associação Portuguesa de Famílias Numerosas (APFN) de "insuficientes" "populistas" e "avulsas", já que terão pouco efeito prático para o aumento da natalidade. Fernando Castro, presidente da APFN aconselha o Estado a "limpar todo o carácter anti-natalista da legislação fiscal" antes de aplicar as medidas.

Uma família de acolhimento recebe do Estado 350 euros por mês pela criança que acolheu, mas se "cair na desgraça" de adoptá-la, perde direito a essa ajuda "não podendo sequer deduzir o valor anterior no IRS, a menos que

se divorcie".

Em caso de divórcio cada um dos pais já poderá deduzir 500 euros por mês no IRS, o que dá uma média de seis mil euros por ano. "Esta disparidade de políticas só significa que temos um Estado que dá vantagens às famílias destruídas, que diz não ao casamento, mas quer promover o aumento da taxa de natalidade". Este responsável sugere um aumento ainda maior dos abonos e a aplicação em Portugal do modelo francês como a indexação das pensões de reforma ao número de filhos. No fundo, um sistema fiscal que "não seja frontalmente contra a família". "É preciso que os apoios financeiros às famílias lhes permitam decidir livremente se querem colocar os filhos em creches ou se se querem desempregar ou trabalhar em part-time para tomar conta deles, como acontece na Europa", afirmou.

O Governo espanhol vai dar 2500 euros a todas as famílias com residência legal em Espanha que tenham um filho, natural ou adoptado. Esta ajuda soma-se a qualquer outra que estejam já a receber que pode chegar aos 4800 euros ou 1200 euros anuais para as mães de menores de três anos que trabalhem fora de casa.

Segundo um estudo do Instituto de Política Fami-

liar, Luxemburgo, Dinamarca, Suécia e Irlanda são os que mais apoios dão à natalidade, enquanto Espanha, Itália, Portugal e Grécia estão no extremo oposto. Em França, quem tem duas crianças recebe 119 euros por mês e algumas famílias podem ainda receber um prémio de nascimento de 855 euros por crianças e outro de 171 euros por mês até aos três anos. Na Bélgica existe um "subsídio de nascimento" de 1064 euros para a primeira criança e de 800 para os seguintes. O montante dos subsídios é variável. Ascendem a 78 euros para o primeiro filho, 145 euros para o segundo e 217 euros para cada criança a partir do terceiro. Nos Países Baixos qualquer família recebe um subsídio trimestral até aos 18 anos, sem condição de recursos. Esse valor cresce com a idade da criança e situa-se entre os 190,19 euros e os 271,10 euros. Na Dinamarca os subsídios também são para todos. Os montantes variam de acordo com a idade da criança e chegam a alcançar os 140,5 euros aos 17 anos. Na Noruega, as famílias recebem 122 euros por mês por criança, até aos 18 anos. Já na Suécia, os subsídios ascendem aos 114 euros por criança por mês, até aos 16 anos. O valor aumenta de acordo com o número de crianças.